

Presidente busca novo capitalismo

22 ABR 1986

HELIVAL RIOS
Da Editoria de Economia

Do capitalismo selvagem para o capitalismo popular. Esta é a principal transição que o presidente José Sarney pretende provocar no País, ao dar inicio à segunda etapa do seu plano de mudanças, deflagrado através do pronunciamento que fez à Nação. Esta segunda etapa que se segue ao Plano Cruzado, ao contrário deste, segundo informações apuradas no Palácio do Planalto, não será neutra com relação a uma política de redistribuição de rendas. As transformações básicas pretendidas pelo Governo estão apoiadas num tripé compreendendo pelos objetivos de justiça social, crescimento econômico e democratização do capital.

No que se refere à justiça social, o presidente Sarney pretende, em primeiro lugar, deslanchar uma série de projetos tipicamente assistencialistas, capazes de minimizar os níveis de miséria e de pobreza absoluta existentes no País, por reconhecer a gravidade destes problemas, que, no seu entendimento, não podem ficar à espera de soluções definitivas, de longo prazo.

Assim, independentemente do traçado de uma nova política de redistribuição de renda, o Governo pretende desviar o fluxo de recursos do Estado para a área social. Com estas medidas emergenciais, espera o governo estar criando condições efetivas de estabilidade ao regime democrático. "A miséria", no entender do presidente Sarney, é a maior inimiga da democracia".

E enquanto estas medidas emergenciais vão sendo adotadas, reduzindo-se os níveis de desnutrição, de analfabetismo, e melhorando-se as condições de saúde e de habitação, quer no campo, quer nos grandes centros, o Governo pretende ir adotando políticas efetivas que transformem o perfil de distribuição de renda no País, notadamente através de medidas fiscais e salariais. A idéia é fazer com que os salários mantenham um ritmo moderado de ganhos reais crescentes.

CRESCIMENTO

No que se refere ao crescimento econômico, entende o governo que o Plano Cruzado, ao extinguir a indexação na economia, e a inflação inercial, criou condições seguras para a retomada dos investimentos. O empresário já pode planejar novos negócios, a médio e longo prazos, sem estar ofuscado pelas taxas estonteantes de inflação.

Do mesmo modo, as pessoas físicas também têm melhores condições para poupar e para planejar seu consumo. Em decorrência de uma inflação zero num primeiro momento, e de uma inflação "bem comportada" num segundo momento (mesmo após extinguir-se o congelamento geral dos preços), é provável que a taxa de poupança interna do País venha a se elevar consideravelmente, devendo atingir níveis em torno dos 25 a 27% do PIB (Produto Interno Bruto), contra os atuais 15%.

Ainda em decorrência do Plano, todo o setor empresarial vai passar por uma reformulação estrutural importante, tornando-se mais eficiente. A produtividade marginal deverá subir consideravelmente, obtendo-se, como resultado, aumento dos lucros, do produto total e, consequentemente, dos investimentos.

O setor financeiro deve também passar por uma ampla reforma, de modo a ficar em condições de sustentar financiamentos de longo prazo de maturação, deixando a ótica das perspectivas de retornos imediatos.

De um modo geral, todo o movimento de aplicações deverá se deslocar do setor especulativo para o setor produtivo da economia, garantindo, assim, a geração de empregos de que o País necessita (1,5 milhão de novos empregos por ano).

CAPITAL

O terceiro ponto do tripé, "democratização do capital", vai se manifestar, inicialmente, numa frente de entendimentos do governo com os empresários, visando a sensibilizá-los para que abram o capital das suas empresas. Há no Brasil, comportamento típico das sociedades pré-capitalistas, uma forte tendência do empresário de manter sua empresa fechada, inteiramente em mãos da sua própria família.

Com isto, ele não tem condições de crescer, ou melhor, cresce, mas somente até um certo ponto, até o limite de uma determinada tecnologia. A partir deste limite, as inversões exigidas são muito elevadas, e, como ele não tem capital suficiente e nem quer bancar riscos maiores, acaba se convertendo numa empresa pequena ou média, deixando o espaço do grande empreendimento — nas dimensões de um país de 120 milhões de habitantes — para as empresas do Estado ou para as multinacionais.

O Governo quer precisa-

mente alterar esta mentalidade do empresariado brasileiro. Mostrar a ele que, abrindo o capital da sua empresa, ele está diluindo os seus riscos e elevando as perspectivas dos seus negócios.

Não há outro caminho para o capitalismo moderno. Nos Estados Unidos, nada menos que 60 milhões de trabalhadores são acionistas das empresas, muitas vezes, da própria empresa onde trabalham. Com isto, eles se tornam sócios do empreendimento, passam a se interessar mais pelo aumento da eficiência e da produtividade, e têm, na forma de dividendo, uma renda complementar segura. Também é comum nos países capitalistas modernos um acionista majoritário não deter mais que meio por cento do total das ações da empresa. Aqui, nas empresas de capital aberto, o acionista majoritário quer ficar com 70 ou 80% do capital sob seu controle. É uma questão de mentalidade.

ESTATAIS

De qualquer forma, abrir o capital da empresa já é um avanço. O pior é quando o indivíduo insiste em manter a empresa familiar, dizendo que tem capital próprio, e que não precisa de capital de terceiros. Ora, ele não precisa, exatamente porque tem uma concepção de negócios muito estreita, tanto do ponto de vista do mercado interno, quanto do externo. Democratizar o capital, para o Governo, significa abrir a empresa para uma participação macia de todos, dividindo seus riscos, seus lucros, e seus prejuízos. Esta é a posição de quem quer fazer cada vez maiores negócios — que é a essência do pensamento capitalista.

Nesta campanha pela democratização do capital, o Governo também pretende dar o exemplo, através de um programa de privatização de algumas das suas empresas, localizadas em setores não estratégicos.

As ações destas empresas estatais serão vendidas, preferencialmente a pessoas físicas, para que seja, de fato, pulverizada ao máximo a participação no seu capital. E espera o Governo que o capital privado também siga este exemplo, para que se possa ter no País, de fato, um capitalismo menos selvagem e mais participativo. Aquilo que o Governo vem chamando "capitalismo popular" — para alguns, um modelo mais inteligente e mais humanista de gerar riquezas, enquanto o socialismo não vem.